



**DELIBERAÇÕES TOMADAS NO
PLENÁRIO DE 02-05-2024
Nota Informativa**





DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 02-05-2024
Nota Informativa

Na Sessão de Plenário Ordinário de 02-05-2024 estiveram presentes:

PRESIDENTE - Juiz Conselheiro Dr. Henrique Luís de Brito de Araújo

VICE-PRESIDENTE - Juiz Conselheiro Dr. Luís Miguel Ferreira de Azevedo Mendes

VOGAIS INDICADOS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA – Juíza Conselheira Dra. Graça Maria Lima de Figueiredo Amaral; Prof. Doutor José Manuel Moreira Cardoso da Costa

VOGAIS ELEITOS PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – Prof. Doutor António Alberto Vieira Cura; Dr. António José Barradas Leitão; Prof^a Doutora Inês Ferreira Leite; Prof. Doutor Fernando Licínio Lopes Martins; Dr. José Manuel Morbey de Almeida Mesquita

VOGAIS ELEITOS PELOS MAGISTRADOS JUDICIAIS – Juíza Desembargadora Dra. Ana Isabel de Azeredo Rodrigues Coelho Fernandes da Silva; Juiz Desembargador Dr. Filipe Manuel Nunes Carçoço; Juiz de Direito Dr. Tiago Rafael da Silva Moura Pires Pereira; Juíza de Direito Dra. Rita Fabiana de Figueiredo e Castro da Mota Soares; Juiz de Direito Dr. Júlio Gantes Gonçalves da Costa; Juíza de Direito Dra. Raquel Patrícia Rocha de Matos Rolo

JUÍZA SECRETÁRIA- Juíza de Direito Ana Cristina Dias Chambel Matias

FUNCIONÁRIOS – José António Carvalho Martins; Florbela Trindade

*



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 02-05-2024

Nota Informativa

Na Sessão de Plenário de 02/05/2024, com início pelas 10h15m, o Conselho Superior da Magistratura tomou as seguintes deliberações:

*

1 - Foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento do relatório final do Grupo de trabalho com vista à Autonomia administrativa e financeira dos Tribunais de Comarca, o qual consubstancia um documento de trabalho sobre o qual deverá o referido grupo de trabalho efetuar um aprofundamento sobre as matérias aí elencadas, o qual deverá ser remetido a Sua Ex.^a. a Sr.^a. Ministra da Justiça para os fins tidos por convenientes.

2 - Foi deliberado por unanimidade indicar a Exma. Senhora Vogal Dra. Raquel Rolo para ponto de contacto solicitado pelo COMEXBCFT.

3 - Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta da Exma. Senhora Chefe de Gabinete deste Conselho para a constituição de um Conselho de Ética com natureza exclusivamente consultiva e que terá como funções emitir pareceres sobre a compatibilidade de determinados comportamentos com o Código de Conduta que foi aprovado no último Plenário.

4 - Foi deliberado por maioria aprovar o Projeto de «Regulamento dos Instrumentos de Mobilidade e Acumulação de funções», com as correções entretanto sugeridas, determinando-se ainda que seja o referido projeto divulgado junto da Associação Sindical dos Juizes Portugueses e pelos Exmos. Senhores Juizes, para se pronunciarem, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias.

5 - Foi deliberado por unanimidade desligar do serviço por efeitos de aposentação/jubilção a Exma. Senhora Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Évora, Dra. Maria da Graça de Vasconcelos Casaes Moreira Araújo com os efeitos previstos no artigo 70.º, n.º 1, al. b), do Estatuto dos Magistrados Judiciais.

6 - Foi deliberado por unanimidade aprovar os critérios para apreciação e aprovação do movimento judicial ordinário de 2024.

7 - Foi deliberado por unanimidade desligar do serviço por efeitos de aposentação/jubilção a Exma. Senhora Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Coimbra, Dra. Maria José Raminhos Leitão Nogueira com os efeitos previstos no artigo 70.º, n.º 1, al. b) do Estatuto dos Magistrados Judiciais.



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 02-05-2024

Nota Informativa

8 – Foi deliberado por unanimidade a proposta para que no XVIII Encontro Anual do CSM em 2024, a realizar na cidade de Vila Real, o tema genérico seja “50 Anos em Nome do Povo: a transformação do poder judicial na democracia de abril”.

9 – Foi autorizado por unanimidade o pedido da Exma. Senhora. Juíza de Direito Dra. Lúcia Chandra Gracias de integrar a Lista para o Conselho de Deontologia e Disciplina da Ordem dos Médicos Dentistas.

10 - Foi deliberado por unanimidade que este Plenário do Conselho Superior da Magistratura proponha nos termos do disposto no n.º 5, do artigo 19.º, da Lei n.º 36/2007, de 14 de agosto, a Sua Excelência o Exmo. Senhor Conselheiro Presidente, a nomeação como Assessora do GAVPM da Exma. Senhora licenciada em direito Dra. Natacha Ariana Ribeiro.

11 – Foi deliberada por unanimidade a proposta da Exma. Senhora Vogal Juíza Desembargadora Dra. Ana de Azeredo Coelho sobre indicação ao CEJ de necessidades formativas (formação contínua).

12 – Foi deliberado por unanimidade instaurar processo disciplinar ao Exmo. Senhor Juiz Desembargador Jubilado Dr. XXX, atento o teor da certidão do Inquérito n.º XXX/XX.XXXXX, remetida pelos Serviços do Ministério Público do Supremo Tribunal de Justiça, delegando-se no Exmo. Senhor Vice-Presidente a nomeação de Inspetor Judicial Extraordinário para instruir o mesmo e comunicar aos Serviços do Ministério Público do Supremo Tribunal de Justiça que o Exmo. Senhor Juiz Desembargador se encontra jubilado.

13 – Foi de liberado por maioria o parecer relativo à criação de turnos para processos sumários no Juízo Local Criminal de Caldas da Rainha da Comarca de Leiria e outros que possam, eventualmente, estar pendentes de apreciação, elaborado pelo Exmo. Senhor Adjunto do Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e aos Membros deste Conselho Superior da Magistratura, Juiz de Direito Dr. Ruben Oliveira Juvandes e com a proposta de deliberação apresentada pelo Exmo. Senhor Vogal Dr. Barradas Leitão, com as seguintes conclusões:

- a) Dar conhecimento desta deliberação e do parecer do GAVPM aos senhores juízes presidentes dos tribunais judiciais, de modo que os mesmos possam proceder à revisão de todos os despachos em que tenha sido determinada ou autorizada a realização de turnos fora dos períodos de férias judiciais, sábados ou dias feriados, nos termos da parte final do nº1 do artigo 36º da LOSJ;
- b) Solicitar aos senhores juízes presidentes que, no prazo de 30 dias, sem prejuízo de prorrogação, submetam a apreciação do Conselho Superior da Magistratura pedidos de confirmação dos despachos que considerem enquadrar-se nas conclusões i) e ii) do parecer do GAVPM, com explicitação das razões de volume de serviço que os justifiquem;



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 02-05-2024

Nota Informativa

- c) Solicitar, ainda, aos senhores juízes presidentes que, no mesmo prazo, procedam à alteração das regras em vigor na comarca, relativas aos mesmos turnos, que não estejam de harmonia com as conclusões i) e ii) do parecer, incluindo as já homologadas pelo CSM, solicitando a sua homologação, com igual explicitação das razões de volume de serviço que as justifiquem;
- d) A homologação respeitante a turnos poderá ser realizada pelo Plenário do Conselho Superior da Magistratura.

14 - Foi deliberado por unanimidade concordar com o relatório do Exmo. Senhor Inspetor Coordenador relativo ao expediente relacionado com a frequente realização de filmagens nos espaços interiores e exteriores, adjacentes ao Palácio de Justiça de Lisboa e arquivar o presente expediente. Mais foi deliberado comunicar a presente deliberação aos Serviços do Ministério Público junto do Supremo Tribunal de Justiça.

15 - Foi deliberado por maioria não renovar a licença especial, ao abrigo do disposto no art.º 1.º, n.º 1.º da Lei n.º 51/99 de 24/06 e por analogia com o disposto no n.º 3 do art.º 62.º e n.º 4 do artigo 63.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais, na redação da Lei n.º 67/2019, de 27 de Agosto, por manifesta falta de Juízes nos Tribunais da Relação, requerida pelo Exmo. Senhor Juiz de Direito colocado no Juízo de Família e Menores do Porto - Juiz 4, Dr. Carlos Armando da Cunha Rodrigues de Carvalho, atualmente em exercício de funções como Juiz no Tribunal Judicial de Base da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

16 - Foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente deste Conselho de 24-04-2024, que desligou do serviço para efeitos de aposentação/jubilização, o Exmo. Senhor Juiz de Direito da Comarca de Castelo Branco - Juízo de Família e Menores de Castelo Branco - Juiz 1, Dr. José Manuel Ferreira Mendes de Almeida, com os efeitos previstos no artigo 70.º, n.º 1, al. b) do Estatuto dos Magistrados Judiciais.

17 - Foi deliberado por unanimidade autorizar excecionalmente a renovação da comissão de serviço da Exma. Senhora Juíza de Direito Dra. Cláudia Marina Verdial Pina de Neves Cunha, como Perita Nacional Destacada no Eurojust, responsável pela Coordenação da Equipa de apoio à Rede Judicial Europeia de Cibercrime com efeitos a 01 de julho de 2024 até 30 de junho de 2025.

18 - Foi deliberado por unanimidade deferir o pedido da Exma. Senhora Juíza Desembargadora Dra. Lúcia Renata Goulart Whytton da Terra que vem solicitar a cessação de licença sem remuneração até um ano que lhe foi anteriormente concedida ao abrigo do art.º 12.º, al. a) do EMJ, a cessar a mesma a partir de 28 de maio de 2024 (inclusive), de acordo com o disposto no art.º 14.º do mesmo Estatuto.

19 - Foi deliberado por maioria proceder à renovação da comissão de serviço nos termos do disposto no artigo 63.º, n.º 1 do Estatuto dos Magistrados Judiciais e 28.º do Regulamento dos



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 02-05-2024

Nota Informativa

Serviços de Inspeção, da Exma. Senhora Inspetora Judicial Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Guimarães Dra. Maria da Purificação Lopes de Carvalho na 09ª área, por mais três anos, com efeitos a 23 de setembro de 2024.

Foi retirado da tabela a apreciação do ponto nº 1.1.2 (DQJI – Proc. nº 2024/AP/0005).

Os trabalhos foram encerrados pelas 16,30 horas.

*

Lisboa, 05 de junho de 2024.

A Juíza-Secretária do Conselho Superior da Magistratura,

Ana Chambel Matias